

Sumário

Capítulo 1 ▶ TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS.....	23
1. O que são direitos humanos. Direitos humanos e direitos fundamentais.....	23
2. Centralidade dos direitos humanos. Por que direitos humanos são tão importantes?.....	25
3. Fundamentos dos direitos humanos.....	25
4. Institucionalização dos direitos humanos.....	26
5. Quais são os direitos humanos. Tipos de direitos.....	27
6. Direitos e garantias. Tipos de garantias.....	28
7. Características dos direitos humanos.....	29
7.1. Historicidade. A expansão dos direitos humanos. A proibição de retrocesso.....	30
7.2. Universalidade. A universalidade e o relativismo cultural. Multiculturalismo, interculturalismo e universalismo de chegada. A hermenêutica diatópica.....	32
7.3. Relatividade. A relativização de direitos e os direitos absolutos.....	36
7.4. Irrenunciabilidade. A não faculdade de dispor sobre a proteção da dignidade humana.....	38
7.5. Inalienabilidade.....	39
7.6. Imprescritibilidade.....	39
7.7. Unidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos.....	40
8. Evolução histórica dos direitos humanos. As gerações (ou dimensões) de direitos humanos.....	41
8.1. As primeiras declarações de Direitos Humanos.....	41
8.1.1. As declarações inglesas.....	42
8.1.2. As declarações americanas.....	44
8.1.3. A declaração francesa.....	45
8.2. As gerações de direitos humanos.....	46
8.2.1. A 1ª geração de direitos humanos.....	46
8.2.2. A 2ª geração de direitos humanos.....	49
8.2.3. A 3ª geração de direitos humanos.....	50
8.2.4. Quadro comparativo entre as 3 grandes gerações de direitos humanos... ..	52
8.2.5. Outras gerações de direitos humanos.....	52
8.2.6. Gerações ou dimensões de direitos humanos?.....	53
9. Eficácia vertical, horizontal, diagonal e vertical com repercussão lateral dos direitos humanos.....	54
10. Limitação de direitos humanos.....	58
10.1. Primeiras observações.....	58
10.2. Limitação pelo Legislativo, pelo Executivo e pelo Judiciário.....	59
10.3. Teoria dos limites da limitação.....	59
10.4. Proporcionalidade como limite à limitação de direitos.....	60
11. Globalização e direitos humanos.....	61
Capítulo 2 ▶ A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E OS DIREITOS HUMANOS.....	63
1. Inovações da CF 88.....	63
1.1. Dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado.....	63
1.2. Proteção da pessoa humana como objetivo fundamental do Estado.....	64
1.3. Prevalência dos direitos humanos como princípio regente das relações internacionais.....	66

1.4.	Positivização dos direitos e garantias fundamentais logo no início do texto constitucional	67
1.5.	Consagração da aplicação imediata das normas definidoras de direitos e garantias fundamentais.....	67
1.6.	Abertura do catálogo de direitos e garantias fundamentais e reconhecimento dos tratados internacionais de direitos humanos	68
1.7.	Afirmção dos direitos sociais como verdadeiros direitos fundamentais	69
1.8.	Qualificação dos direitos das pessoas como cláusula pétrea	69
1.9.	Formação de um tribunal internacional dos direitos humanos.....	70
1.10.	Quadro sinóptico das inovações da Constituição de 1988	71
1.11.	Inovações da Emenda Constitucional 45/2004	71
1.11.1.	Alteração do <i>status</i> formal dos tratados de direitos humanos	71
1.11.2.	Possibilidade de submissão ao Tribunal Penal Internacional	71
1.11.3.	Federalização dos casos de graves violações de direitos humanos, ou incidente de deslocamento de competência para os órgãos federais	72
2.	Aplicação imediata das normas definidoras de direitos e garantias fundamentais.....	84
3.	Petrificação dos direitos.....	86
4.	A declaração de direitos	87
5.	A titularidade dos direitos e garantias	89
6.	A Constituição e os tratados internacionais sobre direitos humanos.....	90
6.1.	A partir de que momento os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados à ordem jurídica interna do Brasil, podendo ser aplicados internamente?	91
6.1.1.	Assinatura do Tratado e Aprovação legislativa. Unicidade e duplicidade de vontade.....	93
6.1.2.	Ratificação e depósito do tratado	95
6.1.3.	(Des) Necessidade de promulgação do tratado na ordem interna. Monismo x Dualismo	96
6.1.4.	E o Brasil, como fica? Monismo ou dualismo?	97
6.1.5.	A aplicação dos tratados de direitos humanos na ordem interna não dependeria da promulgação na ordem interna?	97
6.2.	Os tratados são incorporados à ordem jurídica brasileira com que <i>status</i> normativo, com que natureza jurídica?.....	99
6.2.1.	As diferentes teses, a Emenda Constitucional 45/2004 e a posição do STF. Teoria do duplo estatuto dos tratados de direitos humanos.....	100
6.2.2.	A natureza supralegal é somente para os tratados sobre direitos humanos aprovados após a EC 45/2004 ou também para os aprovados antes dela? ..	103
6.2.3.	Com a Emenda 45/2004 todos os tratados sobre direitos humanos passaram a ter <i>status</i> formalmente constitucional?	104
6.2.4.	A divergência doutrinária.....	110
6.2.5.	A prisão civil do depositário infiel.....	112
6.2.6.	Controle de convencionalidade. O duplo controle de validade	116
Capítulo 3 ► DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS.....		121
1.	O que é o direito internacional dos direitos humanos.....	121
2.	Precedentes. O pós 1ª Guerra.....	122
2.1.	Direito Humanitário. O Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho	122
2.1.1.	Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho	122
2.1.2.	O Comitê Internacional da Cruz Vermelha	123
2.1.3.	As Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha	125
2.1.4.	A Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho	125

2.2.	Liga das Nações	126
2.3.	Organização Internacional do Trabalho	126
3.	O pós 2ª Guerra. O surgimento da onu e a criação do Tribunal de Nuremberg.....	127
3.1.	O contexto da 2ª Guerra	127
3.2.	O Tribunal de Nuremberg	128
3.2.1.	Tribunal de exceção e juízo natural	129
3.2.2.	Julgamento apenas dos alemães. E os crimes praticados por aliados?.....	129
3.2.3.	Legalidade e retroatividade penal	129
3.2.4.	Penas de prisão perpétua e de morte por enforcamento	130
3.2.5.	Justificativas para relativizar as garantias violadas	130
4.	Sistemas jurídicos internacionais protetivos de direitos humanos. Sistema global e sistemas regionais.....	131
4.1.	Considerações preliminares	131
4.2.	A Multiplicidade de sistemas e relacionamento entre os sistemas	132
4.3.	Conflito entre sistemas. Aplicação da norma mais benéfica à pessoa humana	134
4.3.1.	A audiência de custódia	136
5.	Mecanismos convencionais e não convencionais	138
6.	Convenções gerais e convenções especiais (sistema geral e sistema especial).....	140
7.	Responsabilidade internacional dos estados em matéria de direitos humanos	141
8.	Fiscalização do cumprimento das obrigações internacionais	142
8.1.	Considerações iniciais.....	142
8.2.	Órgãos fiscalizatórios	143
8.2.1.	Órgãos executivos.....	143
8.2.2.	Órgãos jurisdicionais	144
8.2.3.	Regra do esgotamento dos recursos internos. Caráter subsidiário da atuação dos órgãos internacionais. Dever primário dos órgãos internos de atuar em matéria de direitos humanos	145
8.2.4.	Teoria da margem de apreciação nacional	147
8.2.5.	Teoria da quarta instância	149
8.3.	Mecanismos de fiscalização	151
8.3.1.	Relatórios.....	151
8.3.2.	Denúncias (ou comunicações) interestatais	151
8.3.3.	Denúncias (ou petições) individuais.....	152
8.3.4.	Investigações <i>motu proprio</i> (de iniciativa própria)	153
8.4.	Capacidade internacional dos indivíduos. O <i>jus standi</i>	154
9.	O dever de adotar medidas internas e a natureza supraconstitucional do Direito Internacional dos Direitos Humanos	156
Capítulo 4 ▶ SISTEMA GLOBAL (OU UNIVERSAL) DE DIREITOS HUMANOS		159
1.	A ONU. A Carta da ONU de 1945	159
2.	A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948	160
2.1.	Considerações preliminares	160
2.2.	Conteúdo da Declaração. Tipos de direitos abrangidos.....	164
2.3.	Natureza da Declaração: Tratado ou Resolução?	165
2.4.	Afinal, a Declaração possui força jurídica?.....	166
2.5.	Direitos abrangidos na Declaração	168
2.6.	Proibição de interpretação contrária aos direitos humanos.....	172
3.	A juridicização da declaração. Os dois pactos de 1966	172
4.	Declaração Internacional de Direitos (<i>International Bill of Rights</i>). O sistema geral da ONU	174
5.	Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos.....	175
5.1.	Direitos reconhecidos	176
5.1.1.	Direito à vida e pena de morte	178

5.1.2. Trabalho forçado	179
5.2. Aplicação Imediata	180
5.3. Suspensão das obrigações decorrentes do Pacto	180
5.4. Monitoramento.....	181
6. Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	183
6.1. Direitos reconhecidos	184
6.2. Aplicação progressiva. Natureza programática do Pacto?	185
6.3. Monitoramento.....	187
6.4. Protocolo Facultativo	188
7. Outros instrumentos normativos	190
7.1. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial.....	191
7.2. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher	195
7.3. Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes	199
7.4. Convenção sobre os direitos da criança	208
7.5. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência	213
7.6. Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas	217
7.7. Declaração de princípios de tolerância	218
7.8. Declaração do Milênio das Nações Unidas.....	219
7.9. Proteção Internacional dos Refugiados. Direito internacional dos direitos humanos, direito humanitário e direito dos refugiados	221
7.10. Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias.....	230
7.11. Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado.....	233
8. A Corte Internacional de Justiça	235
9. O Tribunal Penal Internacional (TPI).....	236
9.1. O que é o Tribunal Penal Internacional	236
9.2. Precedentes históricos. Nuremberg, Tóquio, ex-Iugoslávia e Ruanda	238
9.3. Entrada em vigor do Estatuto do TPI.....	239
9.4. Adesão do Brasil ao Estatuto do TPI.....	240
9.5. Jurisdição sobre os indivíduos. Exclusão de jurisdição sobre menores de 18 anos ..	240
9.6. Complementaridade da jurisdição do TPI	240
9.7. Crimes abrangidos pela jurisdição do TPI. Imprescritibilidade dos crimes.....	242
9.8. Competência <i>ratione temporis</i>	249
9.9. A irrelevância da função oficial exercida pelo Réu.....	250
9.10. Penas previstas	250
9.11. Conflito com o Direito interno dos Estados.....	250
9.12. A situação do Brasil.....	251
9.13. O primeiro caso julgado pelo TPI.....	253
10. Os procedimentos especiais previstos nas Resoluções 1235 e 1503 do Conselho Econômico e Social.....	254
Capítulo 5 ▶ SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS	257
1. A OEA. Carta da OEA de 1948.....	257
2. Declaração Americana dos Direitos e Deveres Humanos	257
3. Convenção Americana sobre Direitos Humanos (<i>Pacto de San José de Costa Rica</i>).....	258
3.1. Direitos reconhecidos	259
3.1.1. Direito à vida e pena de morte	262
3.1.2. Direito à integridade pessoal	266
3.1.3. Trabalho forçado	266

3.1.4.	Direito à liberdade pessoal	268
3.1.5.	Garantias judiciais	269
3.2.	Aplicação Imediata	270
3.3.	Suspensão de garantias	270
3.4.	Cláusula federal	271
3.5.	Fiscalização (meios da proteção).....	272
4.	Protocolo de San Salvador	273
4.1.	Direitos Reconhecidos	274
4.2.	Aplicação progressiva	275
4.3.	Meios de proteção.....	276
5.	Outros Instrumentos Normativos.....	277
5.1.	Convenção Interamericana para prevenir e punir a tortura.....	278
5.2.	Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher	282
5.3.	Convenção Interamericana sobre desaparecimento forçado de pessoas.....	287
5.4.	Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência.....	288
5.5.	Convenção dos direitos das pessoas idosas	289
5.6.	Convenção interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância.....	291
6.	Comissão Interamericana de Direitos Humanos	297
6.1.	Organização	297
6.2.	Funções.....	298
6.3.	Competência (petições individuais e comunicações interestatais).....	299
6.3.1.	Requisitos de admissibilidade das petições e comunicações	303
6.3.2.	Inadmissibilidade das petições e comunicações.....	304
6.4.	O processo na Comissão	305
6.5.	Medidas cautelares.....	307
6.6.	Casos de solução amistosa	308
6.6.1.	Caso José Pereira	308
6.6.2.	Caso Meninos Emascarados do Maranhão.....	310
6.6.3.	Caso Márcio Lapoente da Silveira.....	311
6.6.4.	Caso Fazenda Ubá	312
6.6.5.	Caso José Dutra da Costa	314
6.7.	Casos sem solução amistosa que não foram submetidos à Corte. O caso Maria da Penha	317
7.	Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	321
7.1.	Composição	322
7.2.	Ausência de impedimento pela nacionalidade. Direito a ter um juiz da própria nacionalidade participando do julgamento do caso	323
7.3.	Quórum de deliberação	324
7.4.	Competência da Corte.....	324
7.4.1.	Competência contenciosa.....	324
7.4.2.	Competência consultiva.....	325
7.4.3.	Natureza facultativa da competência da Corte. Cláusula <i>ratione temporis</i>	327
7.5.	Legitimidade para submeter casos à Corte. Participação obrigatória da Comissão. A questão da legitimidade dos indivíduos	329
7.6.	Defensores Públicos Interamericanos.....	332
7.7.	O processo na Corte.....	334
7.8.	As medidas provisórias adotadas pela Corte	336
7.9.	A decisão final.....	337

7.10.	Cumprimento das decisões da Corte. Execução das indenizações compensatórias. Desnecessidade de homologação por Tribunal brasileiro.....	340
7.11.	Casos julgados pela Corte envolvendo o Brasil.....	342
7.11.1.	Caso Ximenes Lopes, sentença de 4 de julho de 2006.....	342
7.11.2.	Caso Nogueira de Carvalho, sentença de 28 de novembro de 2006.....	345
7.11.3.	Caso Escher, sentença de 6 de julho de 2009.....	346
7.11.4.	Caso Garibaldi, sentença de 23 de setembro de 2009.....	346
7.11.5.	Caso Gomes Lund (Guerrilha do Araguaia), sentença de 24 de novembro de 2010.....	347
7.11.6.	Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde.....	351
7.11.7.	Caso Cosme Rosa Genoveva ou Caso Favela Nova Brasília.....	356
7.11.8.	Caso Povo Indígena Xucuru.....	365
7.11.9.	Caso Vladimir Herzog e outros.....	370
7.11.10.	Caso Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e seus familiares.....	376
7.11.11.	Caso Barbosa de Souza e outros.....	379
7.11.12.	Caso Gabriel Sales Pimenta.....	382
7.11.13.	Caso Tavares Pereira.....	386
7.11.14.	Caso José Aírton Honorato e outros (Castelinho).....	388
7.11.15.	Caso Neusa dos Santos Nascimento e Gisele Ana Ferreira.....	390
7.11.16.	Caso Manoel Luiz da Silva.....	394
7.11.17.	Caso Comunidades Quilombolas de Alcântara.....	396
7.11.18.	Caso Cristiane Leite de Souza e outros (mães de Acari).....	398
7.11.19.	Caso Collen Leite (Bacuri).....	400
7.11.20.	Caso Muniz da Silva.....	402
7.11.21.	Caso Hernández Norambuena.....	403
7.11.22.	Caso Luiza Melinho.....	405
7.11.23.	Caso Cley Mendes.....	408
7.12.	Precedentes temáticos da Corte.....	411
7.12.1.	Obrigação de adotar medidas de direito interno.....	411
7.12.2.	Controle de convencionalidade.....	412
7.12.3.	Interseccionalidade. Caso “Gonzales Luy e outros vs. Equador”.....	413
7.12.4.	Direito � vida.....	416
7.12.4.1.	O que significa concepção, para fins de proteção da convenção Americana de direitos humanos? Caso “Artavia Murillo e outros (Fertilização in Vitro) vs. Costa Rica”.....	417
7.12.4.2.	Pena de morte. Ampliação dos casos na legislação nacional. Opinião Consultiva n. 3.....	419
7.12.5.	Direito � verdade.....	420
7.12.6.	Identidade de g�nero e orientação sexual.....	422
7.12.6.1.	Opinião Consultiva n. 24.....	422
7.12.6.2.	Caso “Azul Rojas Marín e outra vs. Perú”.....	424
7.12.6.3.	Caso “Atala Riffo vs. Chile”.....	425
7.12.6.4.	Caso “Pavez Pavez vs. Chile”.....	427
7.12.7.	Liberdade de expressão. Caso “Trist�n Donoso vs. Panamá”.....	428
7.12.8.	Meio ambiente. Opinião Consultiva n. 23.....	431
7.12.9.	Asilo. Opinião Consultiva n. 25.....	433
7.12.10.	�ndios. Direito às suas terras. Caso comunidade indígena X�kmok K�sek vs. Paraguai.....	434
7.12.11.	Reincidência. Caso Fermin Ramirez vs. Guatemala.....	437
8.	Leis de anistia e o dever dos estados de investigar, julgar e punir.....	439
8.1.	Considerações iniciais. Distinção entre anistia, graça e indulto.....	439

8.2.	Autoanistia e anistia bilateral.....	439
8.3.	A lei de anistia brasileira e a decisão do STF na ADPF 153.....	440
8.4.	O dever de investigar e a anistia na visão dos órgãos internacionais.....	443
8.5.	O que deve prevalecer: a decisão do STF ou a decisão da Corte Interamericana? A percepção de que os Tribunais nacionais não dão mais “a última palavra” em matéria de direitos humanos.....	448
Capítulo 6 ► OUTROS SISTEMAS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS.....		451
1.	Sistema Europeu de Direitos Humanos.....	451
1.1.	Considerações iniciais. Sistema europeu, Conselho da Europa e União Europeia....	451
1.2.	O Conselho da Europa.....	452
1.3.	A Comissão de Veneza.....	452
1.4.	A Convenção Europeia de Direitos Humanos.....	453
1.5.	Direitos sociais no sistema europeu. A Carta Social Europeia.....	454
1.6.	O Tribunal Europeu de Direitos Humanos.....	456
1.7.	Precedentes temáticos do Tribunal Europeu de Direitos Humanos.....	458
1.7.1.	Liberdade de expressão e negação do holocausto. Caso Udo Pastörs vs. Alemanha.....	458
1.7.2.	Liberdade de expressão e apologia contra homossexuais. Caso Vedjeland vs. Suécia.....	459
1.7.3.	Liberdade de expressão artística x Liberdade religiosa – Caso Wingrove vs. Reino Unido, 1996.....	460
1.7.4.	Discriminação racial e liberdade de imprensa. Caso Jersild vs. Dinamarca, 1994.....	461
1.7.5.	Pluralismo político e perseguição política. Caso Navalny vs. Rússia.....	463
1.8.	Direitos Humanos na União Europeia.....	464
1.8.1.	Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia.....	465
1.8.2.	Pilar Europeu dos Direitos Sociais.....	465
1.8.3.	Precedente temático da Corte de Justiça da União Europeia. Direito ao esquecimento. Caso Google Spain vs. AEPD e Mario Costeja González.....	467
2.	Sistema Africano de Direitos Humanos.....	469
2.1.	A União Africana e a antiga Organização da Unidade Africana.....	469
2.2.	A Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos.....	469
2.3.	A Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos.....	469
2.4.	O Tribunal Africano de Justiça e Direitos Humanos.....	470
2.5.	O mecanismo de revisão pelos pares (MARP).....	470
3.	Direitos humanos na Ásia.....	471
4.	Direitos humanos no Mercosul.....	472
4.1.	Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e a Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul.....	472
4.2.	Declaração Sociolaboral do Mercosul.....	473
4.3.	Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do Mercosul.....	474
Capítulo 7 ► A ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA E ALGUNS DIREITOS HUMANOS.....		477
1.	Direitos políticos.....	477
1.1.	Sufrágio, voto, plebiscito, referendo e iniciativa popular.....	477
1.2.	Alistamento eleitoral e capacidade eleitoral ativa.....	479
1.3.	Condições de elegibilidade.....	480
1.4.	Inelegibilidades.....	480
1.5.	Cassação, perda e suspensão de direitos políticos.....	482
1.6.	Anterioridade da lei que alterar o processo eleitoral.....	483
2.	Direito à saúde.....	484

3.	Assistência social	487
3.1.	A garantia de um salário mínimo de benefício mensal	490
4.	Portadores de transtornos mentais	492
4.1.	Considerações iniciais	492
4.2.	Direitos reconhecidos	492
4.3.	Responsabilidade do Estado com os portadores de transtornos mentais	493
4.4.	Internação psiquiátrica da pessoa portadora de transtorno mental	493
4.5.	Pesquisas científicas com pessoas portadoras de transtornos mentais	496
5.	Pessoas com deficiência	496
6.	Igualdade racial	503
6.1.	Considerações iniciais	503
6.2.	Conceitos operacionais	504
6.3.	Diretrizes da participação da população negra	506
6.4.	Os direitos fundamentais da população negra	507
6.5.	Sistema Nacional de Promoção de Igualdade Racial (SINAPIR)	510
6.6.	Discriminação étnica, fiscalização e acesso à justiça	511
7.	Programa Nacional de Direitos Humanos	511
7.1.	Considerações iniciais	511
7.2.	Eixos orientadores e diretrizes	512
7.3.	Prazo de implementação das medidas do PNDH 3	517
7.4.	Comitê de Acompanhamento e Monitoramento do PNDH 3	517
8.	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e Conselho Nacional dos Direitos Humanos	518
9.	O Ministério Público e a defesa dos direitos humanos	523
10.	A Defensoria Pública e a defesa dos direitos humanos	524
10.1.	Missão constitucional da Defensoria Pública	524
10.2.	Princípios institucionais da Defensoria Pública	526
10.3.	Defensorias Públicas previstas na Constituição	527
10.4.	Autonomia das Defensorias Públicas	528
10.5.	Organização das Defensorias Públicas	529
10.6.	Garantias dos Defensores Públicos	530
10.7.	Defensores Públicos Interamericanos	531
10.8.	Defensoria Pública e Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura	531
11.	Comissão Nacional da Verdade	532
12.	Proteção da pessoa idosa	538
13.	População em situação de rua	545
14.	Identidade de gênero e orientação sexual. pessoas LGBTQIAPN+	553
Capítulo 8 ▶ ACESSO À JUSTIÇA		561
1.	Acesso à justiça como um direito humano e fundamental	561
2.	Acesso à justiça e assistência jurídica	562
3.	Acesso à justiça em sentido formal e em sentido material	563
4.	Acesso à justiça por Mauro Cappelletti e Bryant Garth	564
4.1.	As três ordens de obstáculos	564
4.2.	As três ondas de soluções práticas	565
5.	Acesso à justiça por pessoas pobres e defensoria pública. As resoluções da OEA	566
6.	Assistência jurídica gratuita a pessoas pobres. um serviço público não exclusivo do estado, que não é atribuição exclusiva da defensoria pública	568
7.	Possibilidade constitucional de os municípios instituírem serviço público de assistência jurídica gratuita em favor de pessoas pobres	570
Palavras finais ▶ UM CONVITE MUITO ESPECIAL DO AUTOR		573